

UMA CIDADE (IN)CIVILIZADA: ELITE, POVO COMUM E VIVER URBANO EM CAMPO GRANDE (DÉCADAS DE 1960-70)*

Nataniél Dal Moro
(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Resumo: Este artigo analisa aspectos da história da cidade de Campo Grande, atual capital política do Estado de Mato Grosso do Sul, no decorrer da segunda metade do século XX. Problematiza-se o cotidiano da cidade por meio da análise de documentos impressos produzidos pela imprensa local, enfocando-se, em particular, o espaço público da urbe e a (falta de) higiene citadina.

Palavras-chave: Cidade; Natureza; Modernização; Elite.

Abstract: A (un)civilized city: elite, common people and urban living in Campo Grande (in the 60's and 70's). This article discusses aspects of the history of the city of Campo Grande, current political capital of the State of Mato Grosso do Sul, during the second half of the 20th century. The everyday of the city is problematized through a review of printed documents produced by the local press, focusing, in particular, the public space of the city and the (lack of) hygiene in the city.

Key-words: City; Nature; Modernization; Elite.

Cidade de Campo Grande: reino da (des)ordem

Quem pode dizer quais rumos uma cidade deve ou não seguir? Quem são estes sujeitos? O que fazem? Como fazem? De que formas materializam seus projetos? Que formas de comunicação utilizam? Estas e outras questões são fundamentais para que se possa compreender o objeto-sujeito cidade numa perspectiva que se aproxima da história social contemporânea sem negar a história política renovada, assim como os estudos sobre as elites dirigentes e o povo comum.¹

Deve-se pensar a cidade como um território que é alterado pelos sujeitos históricos. Ao realizarem determinadas práticas sociais acabam por mostrar não apenas a urbe que intentam materializar, mas externam igualmente os sujeitos que são e os projetos que valorizam ou rejeitam. Convém lembrar que a elite mostrou-se, historicamente, receosa da presença e atuação neste espaço do que se convencionou chamar na historiografia de perigosas massas.²

A imprensa diária forneceu-nos fontes de grande valia para esta empreitada: nas páginas dos jornais encontramos uma gama de assuntos que foram considerados pelas elites condutoras como incômodos para a cidade de Campo Grande nas décadas de 1960-70.³ Entretanto, o “estudo da imprensa, assim como de quaisquer outros materiais selecionados pelo historiador, não se esgota nela mesma e requer o diálogo com outras fontes que colocam em cena outros sujeitos ou práticas sociais, outras dimensões daquela temporalidade”.⁴

Os confrontos entre o arcaico e o moderno, o ilegal e o legal, a cidade desorganizada e a ordeira, o emergente e o residual são constâncias que merecem ser analisadas.⁵ Deve-se também cotejar essas constâncias com outras realidades, pois ao se ampliar o corpo documental é possível enriquecer “o diálogo com outras forças e práticas sociais do período em estudo”.⁶

Há momentos, no entanto, em que isso não se torna possível. Quando não se tem acesso a determinadas fontes essa tarefa fica, em parte, comprometida, mas não em sua essência. Resta ao historiador, então, trabalhar com os documentos existentes, mesmo que eles tenham sido legados ao presente pelas culturas hegemônicas e, sendo assim, ressaltem mais os feitos, os valores e as realizações destes grupos dirigentes e não das pessoas mais simples, do povo comum, que também habitam o espaço urbano.

Ao analisar a contrapelo estes documentos, produzidos por setores letrados da elite local, vê-se que no espaço público da cidade de Campo Grande não reinavam apenas o esteticamente adequado, a ordem e os modos civilizados, como estes grupos propagavam.⁷ Na perspectiva aqui trabalhada, esse espaço também presenciou o esteticamente inadequado, pois era um território no qual se realizavam, segundo foi noticiado em diversas matérias jornalísticas, modos incivilizados de viver na urbe. Portanto, este território era, não raro, também um reino da desordem.

A existência desta realidade no espaço público da cidade de Campo Grande se deve em larga medida às próprias ações políticas empreendidas pelos governos federais, em particular os militares, pois fomentaram sistematicamente o avanço da fronteira agrícola sobre terras do Oeste brasileiro. Esse processo expulsou milhões de pessoas do campo, fazendo com que a maior parte destas migrasse para áreas urbanas nas quais passaram a ser pensadas, sobretudo pelas elites, como portadoras de formas de viver inadequadas para tais ambientes.

A política empreendida pelo governo federal brasileiro, no decorrer do século XX, alterou substancialmente a realidade do espaço ora denominado de Região Centro-Oeste do Brasil e reordenou política, social, econômica, cultural e ambientalmente o cotidiano de milhões de pessoas. O período de maior transformação foi de meados da década de 1960 até o final dos anos da década de 1970.

A criação da Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), em 1967, é um marco nesse processo. A partir de então, foram postos em ação inúmeros Planos e Programas. Entre o I PND (1971-74) e o II PND (1975-79), seguramente o segundo foi o de maior relevância para transformar a região sul do Estado de Mato Grosso, atual Estado de Mato Grosso do Sul.

Foi posto em prática também o Plano de Desenvolvimento Econômico-Social do Centro-Oeste (PLADESCO), que vigorou de 1968 a 1970. Os objetivos centrais deste plano, que fazia parte do I PND, além de outros, eram os de expandir os mercados e ampliar a produção de produtos minerais e vegetais, tais como ferro e soja. O II PND tinha como objetivo estimular o desenvolvimento regional, tornando a Região Centro-Oeste uma área de ocupação produtiva do ponto de vista do capital, tanto do nacional como do internacional. É neste contexto que surgiu uma nova elite econômica na região: os fazendeiros de grãos, mais especificamente os sojicultores.

A incorporação de terras e o aumento da produção e da produtividade, por sua vez, não se deram sem a contribuição do conhecimento científico. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) foi elemento-chave para concretizar os objetivos do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), bem como a assistência técnica fornecida aos produtores rurais que, em geral, eram de médio e grande porte. Houve também o Programa de Desenvolvimento de Mato Grosso (PROMAT) e o Programa de Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul (PROSUL).

Todos esses Programas Especiais, se bem que existiram muitos outros, contribuíram para o que se pode chamar de avanço da fronteira agrícola sobre o Oeste do Brasil e também para terras estrangeiras, como Paraguai e Bolívia. Esse avanço, é importante que se diga, não foi em nada desproposital. Muito pelo contrário, pois incentivou outro avanço, diretamente ligado ao primeiro, qual seja, o demográfico, tendo em vista que milhões de migrantes “alastraram-se” pelos Estados da Região Centro-Oeste. Muitos destes sujeitos, segundo noticiaram alguns periódicos locais, “invadiram” as cidades. É por isso que a desordem urbana de Campo Grande se deve,

em parte, às próprias ações dos poderes públicos e, não menos, também aos interesses privados envolvidos neste intrincado processo, embora isso não tenha sido externado com muita expressividade na maior parte dos impressos citadinos.

No entender de José Graziano da Silva, este modelo de desenvolvimento só foi possível devido à existência da Ditadura Civil Militar no Brasil, grandemente apoiada por setores da burguesia nacional. A política efetivada nesta época, em especial nos anos da década de 1970, produziu uma ocupação sistemática de certas áreas territoriais, sendo que muitas foram transformadas em lavouras monocultoras. Foi uma “modernização induzida através de pesados custos sociais e que só vinga pelo amparo do Estado”.⁸

Em 1950, a população da Região Centro-Oeste era de 1.736.965 milhões de pessoas. Em 1960, passou para 3.006.866 milhões de habitantes. No ano de 1970, aumentou para 5.167.203. Em 1980, a população já era de 7.544.795 milhões de sujeitos.⁹ Grande parte desse aumento populacional ocorreu nas zonas urbanas. Tanto isso procede que no ano de 1950 a população urbana da Região Centro-Oeste era de 423.497 mil pessoas e a rural era de 1.313.468. Já em 1980, a população rural era de apenas 2.430.198 milhões de pessoas, sendo que a urbana era de 5.114.597 milhões de habitantes.¹⁰

Comparativamente, enquanto que o total da população brasileira cresceu em média 2,4% de 1960-75, a população da Região Centro-Oeste cresceu 4,7% no mesmo período. A população rural brasileira aumentou 0,6% nessa época, sendo que a do Centro-Oeste cresceu 2,8%. Já a população urbana do Brasil aumentou 4,4%, de 1960-75, sendo que a da Região Centro-Oeste cresceu a uma taxa de 7,3%.¹¹

Nas cidades houve aumento populacional e, também, demográfico.¹² Contudo, no campo o aumento demográfico não foi tão intenso quanto nas cidades, e isso porque nessas décadas ocorreu elevada migração do campo para as zonas urbanas. A concentração fundiária e a mecanização da produção agropecuária seguramente contribuíram em significativa proporção para o êxodo rural, daí o inexpressivo aumento da demografia rural quando comparada com a urbana.

Portanto, a migração ocorrida no território que atualmente compõe o Estado de Mato Grosso do Sul não se deu apenas de outras Unidades Federativas do Brasil para o então sul de Mato Grosso. Outros tantos migrantes vieram do interior do próprio Estado para as cidades de maior porte. Sobre a migração de outros Estados, no decorrer desse

período, especificamente no sul de Mato Grosso, chegaram cerca de 500 mil sujeitos, sobretudo provenientes dos Estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Bahia, Goiás e Rio Grande do Sul. Essas pessoas vinham à região por várias razões, mas em especial em busca de uma vida melhor, sobretudo no aspecto econômico.

Na verdade, as políticas públicas e os empreendimentos privados expulsaram boa parte dos trabalhadores rurais e indígenas dos territórios que os mesmos ocupavam e nos quais desenvolviam majoritariamente a agricultura de subsistência e a pecuária leiteira. Sem dúvida as zonas urbanas das municipalidades de Dourados e de Campo Grande, cujas infraestruturas eram limitadas, “sofreram” com a chegada de milhares de migrantes do campo.

Nesse ambiente surgiu, e também foi reforçada, uma cidade que passou a ser pensada como imprópria para os objetivos civilizatórios da elite, já que esta urbe despontou com muita força e, por isso mesmo, colocou em dúvida o poder dessa elite e, em especial, a sua capacidade política de conduzir aquele espaço, seja transformando-o ou mantendo-o num patamar aceitável de “civilização”, particularmente do ponto de vista material. A situação visual da cidade era a prova mais incontestável disso, sendo que o Correio do Estado mostrou essa realidade de maneira bastante destacada em parte das suas matérias.

Nas páginas de um periódico travaram-se conflitos entre culturas

É inegável a atuação política de alguns meios de comunicação na constituição histórica de certos territórios e espaços, sejam eles rurais ou urbanos. Na cidade de Campo Grande essa prática pode ser visualizada por meio da análise de alguns impressos, mas em especial através das páginas do jornal Correio do Estado (CE).¹³ Esse impresso, por seu turno, não foi o único periódico campo-grandense a divulgar matérias que questionavam a atuação do poder público, contudo, foi esse jornal, em específico, que manteve ao longo de décadas uma postura bastante forte no sentido de cobrar providências do poder e da sociedade em geral, para que a cidade de Campo Grande fosse cada vez mais modernizada e civilizada.

Nessa perspectiva, parte considerável dos projetos veiculados por meio das páginas deste impresso foi decisiva para a construção dos caminhos citadinos de Campo Grande e da região como um todo, uma vez que o periódico CE apoiou vários partidos

políticos e, mais do que isso, foi ativo na luta pela defesa dos seus próprios projetos, os quais eram abertamente externados nas páginas do jornal. O impresso, de acordo com matéria divulgada no CE, autodefiniu-se como um “órgão de opinião pública” que sempre esteve “com a população, com o comércio, a indústria e principalmente com a Revolução de 31 de Março de 1964, isto tudo desde o ano de 1954, conforme podem atestar os volumes de nosso arquivo.”¹⁴

No âmbito nacional, o CE foi favorável à presença dos militares no poder a partir de 1964 – acontecimento noticiado neste impresso como “a Revolução moralizadora que salvou esse país” – pois essa ação traria mais ordem e progresso para todo o território nacional.¹⁵ Especificamente na esfera estadual, o CE apoiou abertamente, em 1965, o candidato Lúdio Martins Coelho, da União Democrática Nacional (UDN), para o governo do Estado de Mato Grosso, contrapondo-se a Pedro Pedrossian, do Partido Social Democrático (PSD), apoiado por Filinto Müller, que era aliado, nesta eleição, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Já em 1977, o CE demonstrou preferência “pelo grupo de Pedrossian”.¹⁶

No transcorrer do tempo, o impresso posicionou-se extremamente favorável às práticas políticas dos militares. Contudo, em outros instantes, embora em menor escala, também se colocou extremamente contrário aos atos dos militares, com a particularidade de contestar e revidar publicamente os trabalhos feitos por militares que atuavam na esfera estadual e, sobretudo, no âmbito municipal. O CE só não se mostrou divergente num ponto: sempre defendeu um projeto para a cidade de Campo Grande. Ao fazer isso, teve que combater, sempre, a maior parte do cotidiano das pessoas comuns existentes na urbe, cujas práticas se afastavam, quase que totalmente, do projeto pensado pelo impresso e que visava edificar uma cidade segundo determinados padrões de ordem e de higiene, à época considerados necessários pela maioria da elite cidadina.

Intentando transformar a cidade num espaço “mais civilizado”, esse periódico se prestou a divulgar sistematicamente nas décadas de 1960-70 matérias que retratavam a “pouca civilidade” de algumas pessoas e a criticar a estrutura física de alguns territórios da urbe.

O progresso, a modernidade e a modernização eram abertamente defendidos pelo periódico. Essas palavras, que no mundo acadêmico possuem definições específicas, eram concebidas nas páginas do CE de uma outra e mais simples forma. Representavam, grosso modo, uma oposição ao antigo e ao anti-higiênico que reinavam

na cidade, solapando, por vezes, as luzes do progresso, da modernidade e da modernização, tão caras ao movimento divisionista, também ferrenhamente defendido pelo CE, e que externava, dentre outras coisas, que a cidade de Campo Grande tinha os atributos necessários para ser a capital política de um Estado brasileiro.

Alguns conteúdos eram mais enfáticos que outros, no entanto, todos ilustravam o quão necessário era combater as ações que ofuscavam as luzes da modernidade campo-grandense. Os deméritos, não raro, eram precedidos de adjetivações elogiosas, como esta, publicada em matéria veiculada no dia 17 de janeiro de 1963: “Campo Grande, a Cidade das Primaveras; Campo Grande, a Cidade Morena; Campo Grande, a cidade que mais cresce no Oeste, está suja, sujíssima.” E o periódico lamentou o fato com a seguinte constatação: “É pena!”

Essa cidade, e a sua permanente sujeira, decepcionavam a população e os visitantes: “Quem anda pelas ruas fica decepcionado com a permanente camada de terra sobre o asfalto.” As pessoas também tinham “péssima impressão” dos canteiros das avenidas, das ruas e dos calçamentos, pois havia matagal nesses espaços. Essa matéria chegou mesmo a demonstrar em palavras as subjetividades do transeunte sobre a cidade, que ficava, no entender do periódico, “decepcionado com a sujeira dos terrenos baldios” e “horrorizado com as águas servidas que correm pelas sarjetas”.

O parecer a respeito do estado geral da urbe era enfático e negativo: Campo Grande estava “decepcionando aos seus filhos e, principalmente, aos visitantes. Isso, porém, não pode continuar. Urge imediata reação.” Devia-se então varrer melhor as vias públicas, retirar diariamente o lixo de “todas as ruas” e não apenas de algumas residências, capinar “imediatamente” o capinzal e as ervas daninhas e canalizar a água servida à população, evitando, inclusive, que se formassem poças de água e esgoto nas vias públicas, algo muito comum tanto no centro da cidade quanto nos bairros.

O CE colocou esses anseios como uma exigência do povo de Campo Grande, externando que a cidade não podia parar e nem “voltar a ser a cidade mais suja de Mato Grosso.” Na sequência, o impresso mostrou a sua função imperativa, sanitarista e, sobretudo, disciplinadora ao afirmar: “Limpeza é higiene, é saúde. Aqui fica o apelo da sua cidade, o apelo de seus habitantes: VAMOS LIMPAR A CIDADE”¹⁷

Outra matéria emblemática, e que possui teor semelhante, foi publicada no dia 24 de janeiro de 1974. Esta, porém, possui um conteúdo pejorativo bem mais evidente. O CE aconselhou o poder executivo da cidade a colocar nos acessos da urbe “um grande

cartaz” contendo a frase: “BEM-VINDO, SUJISMUNDO!” Os cartazes eram necessários para alertar as pessoas de que havia na cidade sujeira por toda parte. Serviam para indicar que a sujeira, ou o Sujismundo, imperavam e mandavam em Campo Grande. O Sujismundo “aqui estabeleceu seu reino”.¹⁸

Pelo que o periódico informava, em nenhuma outra época Campo Grande esteve “tão suja” e “tão abandonada” no quesito da higiene pública. Prova disso era que a redação do CE recebia diariamente reclamações escritas e verbais de cidadãos. A população não se conformava, segundo o impresso, com o estado de abandono ao qual a cidade tinha sido relegada, pelo setor de limpeza pública da municipalidade.

Como órgão de comunicação, o CE afirmou que se viu no dever de tornar pública esta situação e as reclamações dos munícipes. Um periódico do porte do CE não podia se prestar a “silenciar” a realidade como ela se apresentava, já que a sujeira imperava no “coração da cidade”. Nos bairros a situação era pior, vivendo esses lugares “entregues à sua própria sorte”.

Nesse período, décadas de 1960-70, em especial nesta última, houve intensa migração para a cidade de Campo Grande. A maioria dos migrantes vinha de regiões rurais, sendo que boa parte destes sujeitos trouxe para o espaço urbano costumes não muito aceitáveis do ponto de vista sanitário que predominava naquela época. Os hábitos de descarte de lixo, asseio das moradias, cuidado com os dejetos provenientes das necessidades humanas, dentre outros, são pontos problemáticos entre estes sujeitos e os que se intitulavam “civilizados”.¹⁹

A responsabilidade por haver todo este caos urbano no campo da limpeza foi creditada ao mau trabalho do executivo municipal, por meio de uma cobrança extremamente direta ao seu maior líder. Em pleno período de vigência da Ditadura Civil Militar, o CE afirmou que se o “Sr. Prefeito Municipal” deixar “o seu gabinete” e sair pelas ruas, caminhando como um cidadão comum, teria a oportunidade de verificar “com os seus próprios olhos, a falta de higiene que impera na sua cidade. Veria o chefe do executivo que o velho e escorraçado Sujismundo, deixando outras plagas, veio para Campo Grande e aqui aboletou-se.”

Por causa destes fatos, Campo Grande apresentava-se “infelizmente [...] como uma cidade simplesmente suja, mal varrida”. O piso das ruas tinha sido coberto de sujeira e já não havia mais garis varrendo-as. Segundo informou o CE, a empresa de limpeza urbana, que foi a grande esperança da população, tinha se tornado uma simples

“coletora de lixo residencial.” Portanto, não cuidava da limpeza pública de forma adequada.

A cidade permanecia, então, “suja”. E por causa dessa sujeira, justificavam-se também os “cartazes com a saudação a Sujismundo.” No entender do CE, essa situação era lamentável, não sendo adequado a um meio de comunicação “dar guarida a reclamações como esta”. A preocupação de um periódico devia ser a de noticiar “assunto mais digno de uma cidade civilizada” e não situações desta qualidade.²⁰

Essa função mais nobre do jornal, engajada prioritariamente em noticiar assuntos dignos para uma “cidade civilizada”, ficou relegada inúmeras vezes para planos secundários. Pode-se afirmar, inclusive, que a maior parte das notícias veiculadas pelo CE enquadrava-se no campo de publicações não adequadas para uma “cidade civilizada”.

Por outro turno, as publicações não adequadas mostraram muito bem uma face pouco nítida dos meios de comunicação, ou seja, os projetos políticos que as palavras impressas, por vezes, acabam por tentar esconder através de um emaranhado de publicações e assuntos dos mais diversos. Essas práticas intentam, como mostrou Angel Rama, desenhar “um projeto pensado ao qual se deveria curvar a realidade”.²¹ No entanto, as próprias palavras e imagens divulgadas no periódico CE acabaram por desmentir essa afirmação.

Por meio das páginas do CE foram edificadas verdadeiras campanhas em defesa da “cidade civilizada”. Os inimigos diretos da urbe ideal, como determinados tipos de moradores de rua, esmoleres, pedintes, ébrios, menores abandonados, prostitutas e trabalhadores informais, foram combatidos sistematicamente pelas páginas do periódico.²² A “cidade civilizada”, por sua vez, possuía também outros entraves. O fator natural, como a existência de matagais, seguramente era um dos mais expressivos, ocupando lugar de destaque em várias edições do impresso.

Essas publicações, ao mesmo tempo em que criticavam as ações do poder público, das empresas estatais, dos proprietários de lotes urbanos e de comerciantes, também são documentos que fornecem relatos do cotidiano da cidade e, mais ainda, da linha editorial do Correio do Estado, uma vez que a maior parte dos editoriais e demais textos não portam consigo a autoria dos que os escreveram ou coletaram as informações.

O mato que se alastrava pela cidade foi considerado um inimigo natural de primeira ordem, assim como a existência de áreas infestadas por mosquitos, ratos e cobras, dentre outros animais peçonhentos, que denegriam a imagem da cidade diante da presença de visitantes e, ainda mais, de autoridades da esfera nacional que chegavam a Campo Grande.

Não raro também apareciam textos denunciando problemas decorrentes de fossas e esgotos que transbordavam pelas vias públicas, alastrando péssimos odores; de muros e calçadas em precário estado de conservação; e áreas em que a coleta do lixo não ocorria, deixando então alguns locais da cidade completamente tomados por lixo. Vejamos agora o caso mais emblemático: a existência de espaços públicos e privados completamente tomados por mato, com o agravante de que alguns estavam infestados por insetos.

Uma cidade suja

A Avenida Mato Grosso, uma das principais vias públicas da cidade, possuía perto do Ginásio Dom Bosco “uma verdadeira feira livre, que muito enfeita a cidade”, contudo, esse local tinha, segundo noticiou o CE, um “matagal horroroso”, que se avolumava ainda mais devido às constantes chuvas. A cobrança de uma posição mais enérgica é particularmente visível neste trecho da matéria: “Urge que uma providência seja tomada pela Prefeitura, imediatamente, para a limpeza de toda aquela via pública.” O impresso insinuou que o encarregado do serviço de limpeza da Prefeitura nunca visitou aquela região da cidade. Sendo assim, desconhecia que a mesma já era servida de vários melhoramentos urbanos, como pavimentação asfáltica, e, por esse desconhecimento, deixava o mato tomar “conta de tudo.” Diante disso, o CE enfatizou ainda mais a sua posição de sujeito social ativo na cidade de Campo Grande: “Sr. Encarregado da limpeza da cidade, vamos cuidar da Avenida Mato Grosso, fazendo desaparecer o matagal dos canteiros centrais!”²³

Essa passagem ilustra bem as possíveis funções de uma cidade: “dominar e civilizar seu entorno, o que primeiro se chamou ‘evangelizar’ e depois ‘educar’”.²⁴ Neste caso, funções também dos impressos na ordenação do cotidiano de uma urbe e dos sujeitos que nela estão. Ao utilizar-se de textos impressos ou imagéticos para materializar uma determinada “ordem ideal” sobre uma cidade real, o CE encontrou

muitos percalços, pois nem sempre os sujeitos aceitaram passivamente os interesses e anseios de certos grupos locais no sentido de “evangelizar” e “educar” a urbe, civilizando-a para tempos que se autodenominavam como modernos, modernizantes, progressistas e/ou modernizadores.²⁵

Vê-se, então, que a existência de normas impostas pelas mais diversas instituições não logrou necessariamente efetivação no tecido social da cidade. As leis existiam, mas nem sempre eram respeitadas. Em Campo Grande, essa cultura de resistência também estava presente.²⁶

Cabe frisar, no entanto, a atuação destacada do CE no sentido de denunciar cotidianamente o descumprimento de determinadas leis, legislações e decretos-lei que, se respeitados, podiam melhorar a paisagem da urbe. Ao mesmo tempo, as matérias jornalísticas serviam para cobrar a efetivação dessas leis, pois, se materializadas, trariam para o espaço urbano-citadino a tão propalada “civildade”, já existente em outras tantas cidades do Brasil, e que era algo que faltava à cidade de Campo Grande no início dos anos 60, segundo o CE, a julgar pelo descumprimento de uma lei de autoria do vereador Oclécio Barbosa Martins.²⁷

Em texto datado do dia 24 de maio de 1963, o periódico reconheceu que o poder público municipal tinha construído e renovado muitas calçadas de várias vias da cidade, mas afirmou que “isso, entanto, não quer dizer que tudo vai às mil maravilhas”. A crítica se deve ao fato do poder público não exigir dos munícipes o cumprimento de uma lei que, se acatada, muito melhoraria o aspecto físico das calçadas, contribuindo para o “embelezamento da cidade”. Era a Lei das Calçadas.

De acordo com essa lei, a Prefeitura podia exigir administrativa ou judicialmente que os proprietários cuidassem dos passeios públicos defronte aos seus lotes. O impresso argumentou que a lei, em parte esquecida pela municipalidade, tinha que ser respeitada para proporcionar conforto à população, uma vez que várias calçadas estavam em precário estado de conservação, pois, muitos proprietários de prédios simplesmente não cuidavam das suas calçadas. Em outras edificações, aonde deveria estar o passeio público, havia apenas mato, chegando a encobrir o meio-fio instalado há anos pela municipalidade.

Em certos casos, onde deveria haver uma boa calçada existe um matagal de palmo e meio de altura, o que vale dizer que certos proprietários, desprovidos do gosto estético e de mentalidade

retrógada, não pensam em colaborar para o conforto da população e para um melhor aspecto da cidade.²⁸

Esse trabalho educativo e civilizatório do jornal sempre encontrou determinados inimigos no seu caminho. Inicialmente defrontou-se com a natureza, representada por “um matagal de palmo e meio de altura”, e depois com os próprios humanos, neste caso, “desprovidos do gosto estético” e portadores de “mentalidade retrógada”. Portanto, o grande trabalho do CE residia em ordenar os espaços públicos e privados da cidade de Campo Grande, ensinando, na verdade, tentando civilizar os sujeitos incivilizados que se faziam presentes na urbe.

Norbert Elias afirmou que o “modo civilizado de comportamento” dos ocidentais não é superior e nem inferior a outras formas de viver. Contudo, assegurou que esse “modo civilizado de comportamento” fez surgir “certo número de dificuldades específicas civilizacionais”.²⁹ As dificuldades existentes na cidade de Campo Grande são exemplos nítidos do quão difícil e problemático é o viver no espaço urbano-cidadino.

Diante deste prisma, pode-se pensar a atuação dos periódicos num universo que se propõe civilizado, porém ainda não o é, na mesma proporção do que a linguagem afirma ser. O jornal atuou, então, como uma importante instituição social do mundo civilizado que procurou, paulatina e sistematicamente, resolver certos problemas que só surgem dentro deste mesmo mundo civilizado.

O mato, o matagal, as fezes, os animais, a “sujeira” produzida pela própria natureza, os insetos, tudo isso aparece como algo incompatível ao mundo civilizado. A civilização urbana não podia conviver com esta realidade. E, daí, advinha a necessidade em civilizar este ambiente, sobretudo, as pessoas que o faziam existir.

Além do problema das ervas daninhas, que era o matagal que infestava as áreas urbanas, o impresso registrou grande preocupação também com os insetos que se proliferavam nestes ambientes.³⁰ A quantidade de pernilongos era tão elevada que o jornal ironizou a presença dos insetos na cidade afirmando que Campo Grande tinha se tornado o local “ideal dos pernilongos”.

As queixas públicas, em alguns momentos, surtiram o efeito esperado, ao ponto da municipalidade empreender ações visando limpar a cidade do matagal e minorar os focos de pernilongos. Em abril de 1969, a Prefeitura Municipal de Campo Grande, pelo seu Serviço de Limpeza Pública, noticiou com insistência que estava limpando os

terrenos baldios da cidade, em especial os de propriedade particular. Nessa época, o Serviço de Limpeza passou a contar com caminhões, carrinhos para retirar o lixo, uniformes para o pessoal da limpeza e uma casa foi construída para abrigar o chefe deste setor.

No entender do CE, muito foi feito, “não resta dúvida, mas a cidade, fora do asfalto é suja, tomada pelo matagal”. A própria Prefeitura, afirmou o impresso, não cuidava dos lotes sob sua responsabilidade, deixando ruas e avenidas cheias de mato. Fora da área do centro da cidade, segundo o CE, não havia atuação do poder público municipal. O que se podia ver nos bairros mais afastados do centro era a ostentação, mas não do cuidado para com a cidade, mas sim do abandono a que esta tinha sido relegada.

Essa realidade causava “péssima impressão” aos sujeitos vindos de outras plagas. Em especial, o impresso demonstrou-se particularmente preocupado com a imagem que visitantes e autoridades federais, vindos para a Exposição Agro-Pecuária, fariam da cidade. Agosto de 1969 era a previsão para ocorrer este evento e, no entanto, ainda em abril desse ano o jornal tratou de alertar as autoridades sobre a vexatória situação estética da urbe. Quando chegasse o mês de agosto, estariam em Campo Grande para este evento não somente os ministros e as altas personalidades da nação, mas inclusive o próprio Presidente da República. O problema disso era que todos encontrariam, “certamente, [...] a cidade suja”.

Os apelos para limpar a cidade, por sua vez, não eram recentes. Havia muito tempo, informou o CE, que tanto a imprensa local como a sociedade em geral faziam indagações e dirigiam críticas à municipalidade por causa do descaso destes para com o setor da limpeza pública. Observando que a situação perdurava, um leitor resolveu então solicitar do próprio periódico CE uma intermediação e um possível esclarecimento sobre o problema.

A resposta, embora não sanasse aos anseios do leitor, mostra parte da intrincada rede de ação deste meio de comunicação com a sociedade local, em particular a comunidade política instituída naquele momento. “Nós”, do jornal Correio do Estado, “não sabemos responder, pois não compreendemos como pode a principal cidade de Mato Grosso permanecer assim, dando desconforto à população e proporcionando péssima impressão aos visitantes”.

Servindo-se do seu poder de influência, o impresso pediu para que os “ilustres e esforçados secretários” municipais, “que sempre demonstraram ser amigos da cidade”, externassem, mais uma vez, o apreço que possuem pela urbe, levando diretamente ao Sr. Prefeito as reclamações e as queixas da população, dizendo-lhe que elas

[...] procedem e que alguma coisa precisa ser feita para que a cidade seja mais limpa, para que as ruas tenham menos buracos e sejam mais transitáveis.

Além de confirmarem o grande bem que querem à cidade, estarão prestando grande serviço à coletividade, pois a cidade não pode parar.³¹

Essa urbe que não podia parar tinha o seu desenvolvimento, na verdade, o seu progresso, atravancado constantemente por vários fatores, como o próprio relato evidenciava. O que a matéria não externou é que, nesta época, a cidade deu início a um processo de expansão, aumentando significativamente de tamanho. A infraestrutura, no entanto, não aumentou no mesmo patamar e milhares de pessoas ficaram sem ter acesso às mais básicas benfeitorias públicas.

Foi também neste período que houve uma intensificação dos núcleos urbanos pauperizados (favelas) em todas as regiões da cidade de Campo Grande.³² Portanto, o modo de externar o problema está aqui invertido.³³ Na verdade, não era o matagal que tomava conta da urbe, mas sim a cidade que avançou para limites além do matagal, processo que se deveu sobremaneira ao modelo de desenvolvimento econômico adotado no período.³⁴

Embora a situação fosse mais crítica em bairros e vilas distantes da área central da cidade, a existência de matagal na cidade se tornou um problema mais efetivo na medida em que abarcou áreas, lotes, canteiros de vias públicas, calçadas e ambientes do centro da urbe, geralmente locais de maior fluxo de pessoas, portanto, visualmente mais evidentes.

Quando havia mato no centro da cidade, como nos canteiros da Avenida Afonso Pena, na Rua 26 de Agosto, em instituições de ensino ou em áreas pertencentes à empresa estatal Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA), antiga Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), que ocupava uma grande faixa de terra bem no centro de Campo Grande, a cobrança de providências era constante e os argumentos textuais usados nas matérias eram bem mais diretivos, versando quase sempre em duas

linhas argumentativas, uma privilegiando a crítica objetiva e a outra se valendo da ironia para materializar as reclamações.

Uma publicação, datada do dia 28 de fevereiro de 1970, sinalizou nesta direção, ao afirmar que “em pleno coração da cidade, ou mais propriamente dito na Rua 26 de Agosto,” havia “um verdadeiro matagal” sobre as “calçadas, enfeitando e até mesmo atrapalhando os transeuntes que por ali” circulavam. A matéria colocou em evidência o argumento de que a Rua 26 de Agosto era “uma das mais antigas de Campo Grande”, sendo, além disso, “artéria de grande importância na vida cidadina” pelo fato de abrigar diversos edifícios públicos e privados, tais como um Fórum e restaurantes que recebiam “a toda hora gente de todo lugar, etc.”³⁵ Por este motivo, segundo o CE, estava “na hora, portanto, das autoridades municipais tomarem providências, contra a já quase “jângal” ali existente”.³⁶

A Avenida Afonso Pena, que foi externada inúmeras vezes pelo impresso como “a mais bela de todo o Estado”, tinha sido “tomada por uma verdadeira “selva”, logo acima do Obelisco”. Essa “selva” representava literalmente o mato que havia no local. Ao lado da Avenida, onde tinha sido realizada a Feira Internacional e onde, posteriormente, seria construído o Paço Municipal, também havia mato. Por causa dessa situação, a população passou a proferir o seguinte ditado sobre a cidade: aqui há “o campo grande e o mato, também”.³⁷

Essa referência jocosa e, ao mesmo tempo, irônica da sociedade ao mencionar que o mato tomava conta de Campo Grande, não se limitava e nem se restringia a esses fatores, pois o matagal que tanto denegria a imagem da urbe não servia de abrigo somente para os insetos. O problema era mais amplo: o jângal também era reduto para casais de namorados, local para guardar produtos furtados e roubados, e ainda esconderijo de marginais e de tarados.

Em matéria de fevereiro de 1971, o CE mostrou para os seus leitores uma Campo Grande mais rural do que urbana. Publicou-se imagem do matagal existente em alguns terrenos próximos da Estação Rodoviária. A imagem, composta essencialmente por uma via de chão batido e por matagal, tendo alguns postes de energia elétrica e também uma placa da RFFSA, alertando os passantes e condutores de que ali havia passagem de trem, indicava, sobretudo para os leitores, a cidade indesejável. O mato, em resumo a natureza, passou a ser vista e apresentada como incompatível com o espaço urbano-cidadino.

Neste processo, o CE procurou enfatizar que não apenas o poder público municipal era responsável pela cidade ordeira, mas sim todos os sujeitos: os donos ou proprietários dos terrenos é que deviam cuidar dos seus bens. Nesse caso, em específico, quem não cuidava da limpeza do terreno era um órgão público federal, a RFFSA, que estava em desacordo com a manutenção desta política. Já o texto veiculado na matéria, externou graficamente outros contornos desta mesma política:

A Noroeste precisa cuidar da faixa de terra por onde passam os seus trilhos, dentro da cidade. O matagal é tão grande que está sendo denominado “conjunto residencial de cobras; lagartos; baratas, etc.”. Dentro de alguns dias, até o aviso APITE não mais será visto pelos maquinistas. Há um outro aviso que diz PARE, OLHE E ESCUTE. O transeunte para, olha e só vê mato. Está certo isso?³⁸

A natureza foi apontada como uma inimiga da cidade; os animais foram representados como “habitantes” impróprios da urbe; o mato sinalizou a não-cidade e a não-atuação do homem sobre a natureza. O conjunto dos elementos mostrados indicou o quanto ainda era preciso fazer para que Campo Grande se tornasse, de fato, uma cidade civilizada.

No dia 22 de janeiro de 1971, as autoridades municipais encarregadas da conservação foram alertadas pelo periódico de que havia um terreno próximo da RFFSA totalmente tomado pelo mato. O CE, por sua vez, solicitou que o mato fosse cortado e a área limpa a fim de evitar futuros problemas. No dia seguinte, no entanto, ocorreu um “fato lamentável” com uma mulher. Quando passava pelo local, uma senhora teve os movimentos tolhidos e foi “jogada no meio” deste “matagal existente em pleno centro da cidade”.³⁹

Situação semelhante a esta foi verificada nas redondezas do Colégio Bernardo Franco Baís, no qual também predominavam “mato e sujeita”. Por volta das 22 horas duma noite de fevereiro de 1972, após o término das atividades, “2 elementos mal encarados passaram a dirigir gracejos às alunas do citado estabelecimento escolar.”

As “mocinhas”, conforme o termo utilizado pelo CE, foram perseguidas pelos homens quando se dirigiam para as suas residências. Quando estes tentaram agarrá-las, as moças correram e passaram a gritar. A vizinhança ficou em polvorosa. Um dos moradores partiu em socorro das moças, mas os “dois malandros embrenharam-se mata adentro, o que impossibilitou os moradores da Vila a agarrarem os dois pilantras”.

Posterior ao ocorrido, os estudantes da instituição de ensino fizeram um apelo para o CE e a Radio Cultura.⁴⁰ Solicitaram que o poder público municipal fosse alertado, em especial o setor de Obras, “para que pelo menos se fizesse uma limpeza no local, pois nem luz existe nas ruas transversais a Av. Calógeras, na altura do Colégio Bernardo Franco Baís”.⁴¹

Na mesma edição em que foi veiculada essa matéria, o CE publicou uma nota reforçando o que os alunos afirmaram, porém de modo mais enfático. Tratou de mencionar que o colégio era de responsabilidade do Município e deixou uma pergunta aos leitores: “Será preciso dizer mais alguma coisa...” Depois, cobrou uma “ação imediata” da Secretaria de Obras de Campo Grande, pois o estado de “tapera do local” não podia continuar a fazer parte do cenário urbano da cidade. Esse texto ressaltou que nos bairros a “coisa” era pior do que no centro da urbe.⁴²

Contudo, a problemática do matagal nos bairros mais afastados não constituiu uma preocupação latente nas páginas do periódico. Já em se tratando da área central da cidade a situação era muito diversa. Essa região foi constantemente vigiada pelo olhar de vários meios de comunicação da urbe e abrigava, inclusive, casas residenciais, escritórios e estabelecimentos comerciais dos próprios veículos de informação. Este era o caso da empresa Correio do Estado, que possuía uma livraria na Rua 14 de Julho, e de boa parte dos anunciantes que se valiam deste impresso para divulgar os seus produtos e serviços. Por estes motivos, o cotidiano do centro da cidade se tornou notícia naquele momento, passando a ser um “fato” para aquele presente e, sobretudo, para os sujeitos que o edificaram como tal.⁴³

Nesta perspectiva, a documentação jornalística analisada sinaliza com muita pontualidade alguns elementos existentes na cidade que desagradavam parte da elite local. Neste rol não consta apenas o matagal, mas também obras que estavam em desacordo com a “cidade civilizada”. O aspecto visual de um tapume “sujo e bastante incômodo” na Rua 14 de Julho, principal artéria comercial da cidade nos anos 1960-70, era um destes inconvenientes que desafiava a fiscalização municipal e os administradores, conforme assegurou uma matéria veiculada pelo CE no mês de maio de 1973. Além de dificultar a passagem de transeuntes, que tinham que passar “espremidos”, próximos de uma sarjeta, o tapume travancava o comércio e deslustrava o trabalho civilizatório das pessoas da terra.

Assim como inúmeros outros problemas da cidade, este chegou até o conhecimento do periódico via reclamações feitas por uma parte dos comerciantes da região central da urbe. Essas pessoas viam no CE um canal de apoio para pressionar o poder público a tomar “providências” em relação àquela situação.⁴⁴

Em parte por causa das constantes matérias publicas na imprensa, o poder público começou a fazer o trabalho de limpeza de alguns lotes. A Prefeitura Municipal contratou empresas particulares para roçar os terrenos baldios cujos proprietários não cuidavam dos lotes de acordo ao que a legislação ordenava. Esse trabalho de roçada, “aliás, muito mal feita”, conforme afirmou a matéria, não resolveu a contento o problema, pois a cidade continuou permeada por áreas com mato e sujeira.⁴⁵ Os roçadores cortavam o mato e retiravam o lixo das propriedades, caso houvesse. Depois a Prefeitura enviava a cobrança do serviço para os proprietários que estavam sujeitos a multa, em caso de reincidência.⁴⁶

Em 1977, as investidas do CE para manter a área urbana de Campo Grande livre de matagais intensificaram-se a tal ponto que o periódico passou, ele mesmo, a publicar mensagens direcionadas à própria população da urbe. Numa delas, argumentou-se que com a construção de muros e calçadas nos lotes o proprietário evitaria a existência de lama, buracos, poeira e ainda valorizaria a propriedade.

Em contrapartida, a cidade, o bairro, a rua e a casa ficariam mais confortáveis, mais higiênicos e mais belos. “É benefício para você, para sua família e para seus filhos.” Essa mensagem, ao mesmo tempo em que visou educar a sociedade, também continha um aviso de que, caso as orientações não fossem seguidas, haveria punição. Deviam-se construir muros e calçadas e consertar aquelas danificadas. O mato também precisava ser cortado e os lotes tinham que estar efetivamente limpos. A população não devia aguardar “o aviso da Prefeitura”, uma vez que após a notificação ter-se-ia “apenas 30 dias para regularizar a fachada” do lote.⁴⁷ Chamadas como essa eram comuns nas páginas do periódico CE, sendo algumas delas patrocinadas pelo próprio poder municipal, pois o impresso atuou em determinados períodos como órgão oficial que veiculava informações de várias instituições públicas, notadamente da Prefeitura e da Câmara de Vereadores.⁴⁸

Há relatos de populares que afixaram inclusive placas nos lotes tomados pelo matagal. As afirmações eram provocativas e continham as seguintes expressões: “é proibido caçar” e “fazenda municipal”, além de outras com dizeres semelhantes, mas

sempre dando a entender que a cidade era um local imerso no mato. Portanto, um espaço da natureza e não da civilização.⁴⁹ Por vezes, a população mobilizou-se e iniciou a limpeza de algumas áreas “da futura Capital”, ação prontamente elogiada pelo Correio do Estado que considerou que a tarefa de cuidar da limpeza da cidade não se restringia ao poder público, portanto, esse trabalho urbanístico de asseio da urbe não devia recair “apenas nos ombros da Municipalidade”.⁵⁰

Nesse sentido, uma ação digna de nota foi realizada por “alguns moradores da Avenida Mato Grosso que, de livre e espontânea vontade, iniciaram a limpeza de seus terrenos, num exemplo” que devia “ser seguido, pois, afinal, a responsabilidade na preparação da futura Capital é de todos e não só das autoridades”.⁵¹

O poder público municipal também apoiou a iniciativa dos moradores e apelou

[...] para que outros os acompanhassem.

Simultaneamente, a Secretaria iniciou uma limpeza geral na Avenida Mato Grosso, incluindo as calçadas – ou onde deveriam existir calçadas – e os canteiros centrais, num trabalho de limpeza que também merece incentivos, principalmente tendo em vista que se prolongará para outras vias públicas.

Que os proprietários providenciem a limpeza de seus terrenos, a construção de muros e calçadas, evitando a proliferação de capim colônio, que serve não só como abrigo de animais como de bandidos, em muitas ocasiões.

Vale, nessa ocasião, lembrar que “povo limpo é povo desenvolvido”.⁵²

Embora o problema do mato, dos insetos e do lixo em lotes urbanos fosse um assunto de grande importância, a cidade não “padeceu” apenas deste mal. Havia muitos outros, igualmente dignos de nota. A presença de sujeira e de lixo produzidos pela própria sociedade nas principais vias públicas do centro da cidade também incomodou parte da elite campo-grandense civilizada.⁵³ Algumas matérias chegaram a ensinar detalhadamente como a população devia proceder diante deste fato que tanto enfeiava a cidade que “mais” crescia “no Oeste Brasileiro”. Certa vez o CE lembrou aos leitores que bastava “um ligeiro descuido para que o cidadão ou a dona de casa” estivessem a “comportar-se negativamente” no campo da limpeza citadina, colocando em risco a imagem da urbe, sobretudo perante os visitantes. Vejamos então a orientação transmitida à sociedade para que isso não ocorresse:

[...] no centro comercial ninguém usa depósito de lixo feito especialmente, mas apenas caixão e caixotes grosseiros.

Esses depósitos são postos na calçada para que os lixeiros os descarreguem nos caminhões.

Esvaziados, ficam no passeio, – pelo menos a maioria –, do cair da tarde de um dia até a manhã do dia seguinte. Tal praxe, fácil de ser eliminada, representa contribuição negativa para o bom nome da cidade.

O centro urbano, principalmente, terá melhor aspecto, se as senhoras donas de casas ou os senhores comerciantes retirarem do passeio, imediatamente após a passagem dos veículos coletores, latas, caixões e caixotes que lhe servem de depósito de lixo.

É um trabalhinho tão rotineiro quanto aquele de pôr fora de casa o vasilhame cheio de lixo. A diferença está em que, na segunda operação, não é preciso fazer força, pois o depósito vazio não pesa tanto quanto um depósito cheio.⁵⁴

Além desta, houve muitas outras matérias com teor semelhante. Todas reclamavam do péssimo asseio das ruas, da existência de poeira, calçadas mal cuidadas e mal varridas pelos moradores, comerciantes e varredores. Houve momentos em que os coletores de lixo foram acusados de não terem

[...] cuidado com os recipientes, amassando-os completamente, como aconteceu com um morador da Rua Dom Aquino.

Ele caprichou na feitura de um latão para juntar lixo, fez um recipiente caro e bonito, e o mesmo foi seriamente avariado pelos garis que o acharam muito pesado e por isso arrastaram de encontro às bordas do carro coletor.

A empresa certamente zela pelo seu próprio equipamento, devendo, pois, dar ao equipamento particular o mesmo zêlo, já que a boa ordem nas coisas só poderá surgir de colaboração mútua.⁵⁵

Textos com este tipo de conteúdo, numa análise inicial, propõem um ensinamento à sociedade que se constituía como urbana, algo até então não muito comum. É neste instante que se pode compreender a necessidade de alguém, ou alguma instituição, orientando as pessoas que passaram a viver neste ambiente. Entretanto, tal realidade não se limitava apenas a isso.⁵⁶ Deve-se pensar também a recorrência dessas matérias no impresso CE como parte fundamental dos projetos do jornal em efetivar os seus intuitos. Isto é, em razão de quê o periódico divulgaria recorrentes vezes que a cidade de Campo Grande possuía tantas áreas tomadas por matagais e infestadas por bichos em plena área central da urbe?

Uma resposta significativa, neste sentido, é a de que o centro da cidade funcionava como uma vitrine, expondo, sobretudo aos visitantes, o que a cidade era “de fato”, isto é, o que segmentos da elite diziam que ela era (na verdade, o que desejavam

que ela fosse). Nessa perspectiva, o local não podia ser um espaço feio, mal cuidado e com pouco asseio, já que tomado por mato, insetos e bichos peçonhentos.

Se o centro da cidade externasse tais características com muita ênfase – e elas foram pensadas como deméritos, frente os “bons modos” de viver que devia predominar no espaço citadino –, a elite local seria culpabilizada por tal situação e desacreditada nas suas ações, uma vez que ela própria fazia questão de propagar a sua competência em administrar a cidade de Campo Grande, pois se propalava abertamente no periódico que esta urbe possuía os atributos necessários para sediar a capital política de outra Unidade Federativa brasileira, que posteriormente recebeu a denominação de Estado de Mato Grosso do Sul.

Sendo assim, a maioria das matérias publicadas no CE a respeito do “problema do matagal” priorizou a limpeza do espaço central da cidade, ou das vias de acesso pelas quais passavam “número excessivo de carros de outras plagas”, e não tanto as de outras regiões da urbe, já que estes espaços eram pouco vistos pelos visitantes e/ou autoridades.⁵⁷ Logo, esses locais não precisavam, com tanta intensidade como os do centro da urbe, se adequar aos projetos que o impresso tinha em mente para a cidade de Campo Grande.

Nesse trabalho, foi particularmente de grande serventia, e deve-se externar isso com muita veemência, a atuação do poder público, sendo neste momento que se pode compreender o fato do CE divulgar em suas páginas, de forma tão constante, textos e imagens que externavam a presença dos tais matagais, insetos e bichos peçonhentos no centro da cidade, além de cobrar ações concretas, sobretudo do executivo municipal, no sentido de tornar tais projetos uma realidade, pois sem a ação deste órgão do poder público seria mais difícil de efetivar os projetos que as elites, através do impresso intentavam materializar.

Conclusão

Como se pode observar, o relato de todas essas situações sinaliza, por sua vez, não apenas a vontade política de um periódico em tentar reordenar os caminhos de uma urbe, colocando-a no rumo da civilização e primando para que todos mantivessem o “bom nome da cidade”, que intentava, há anos, se tornar capital, e esse foi um dos muitos projetos defendidos nas páginas do jornal Correio do Estado, talvez o maior

deles no período das décadas de 1960-70, mas que não se efetivava sem a defesa, ao mesmo tempo, de uma “cidade civilizada”, neste caso Campo Grande.

A análise desta realidade demonstra, ainda, que nesta mesma cidade se faziam presentes sujeitos históricos portadores de costumes diversos daqueles indivíduos que se autodenominavam como civilizados, progressistas e modernizadores e que lutavam para efetivamente manter o “bom nome da cidade” aos olhos de todos os demais sujeitos. Entretanto, a presença de pessoas residindo no espaço urbano-citadino de Campo Grande, mas que antes nunca tinham morado num ambiente como esse, constituiu-se num problema de primeira ordem neste período, em especial pelo fato desta população ser pensada como incivilizada para habitar tal espaço. Costumes considerados normais para o ambiente rural passaram a ser igualmente realizados no espaço urbano. É nesse instante que surgiram e/ou foram intensificados os conflitos entre costumes tradicionais, em larga medida muitos deles praticados pelo povo comum, e formas ditas civilizadas de viver.

Essas práticas “incivilizadas”, por seu turno, desagradaram imensamente certas pessoas da elite local, sobretudo em razão dos seus modos de viver na cidade serem diversos daqueles de certos integrantes desta mesma elite.

Além disso, tais práticas denegriam, segundo pudemos constatar por meio da análise de variadas fontes, a imagem de urbe civilizada e progressista que o impresso Correio do Estado procurava edificar em Campo Grande. Justamente por causa dessa postura do impresso, e que foi constante no decorrer de décadas, deve-se ressaltar que esse periódico empenhou-se sobremaneira em projetar e, mais do que isso, fazer vigorar sobre a realidade vários projetos, em específico os que beneficiavam alguns grupos citadinos, mais detidamente no caso dos comerciantes que trabalhavam no centro da cidade de Campo Grande e que integravam, eles mesmos, o próprio grupo social no qual o CE se constituiu e era, não obstante, também constituidor.

Bibliografia

- AJARA, Cesar. População. In: FIBGE. *Geografia do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1988, v. 1.
- BARBOSA, Emílio Garcia. *Esbôço histórico e divagações sobre Campo Grande*. Campo Grande: Pindorama, 1964.
- BENJAMIN, Walter. Teses sobre filosofia da história. In: KOTHE, Flávio (Org.). *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1985.

- BITTAR, Mariluce. Da promoção à assistência social: Campo Grande na luta pela cidadania. In: CUNHA, Francisco Antônio Maia da (Coord.). *Campo Grande: 100 anos de construção*. Campo Grande: Matriz, 1999.
- BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul, a construção de um estado, volume II: poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses*. Campo Grande: UFMS, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- CHEVALIER, Louis. *Classes laborieuses et classes dangereuses à Paris pendant la première moitié du XIX siècle*. Paris: Plon, 1958.
- CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, EDUC*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.
- EBNER, Iris de Almeida Rezende. *A cidade e seus vazios: investigação e proposta para os vazios de Campo Grande*. Campo Grande: UFMS, 1999.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador. Uma história dos costumes*. V-1. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- FAORO, Raymundo. *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo: Ática, 1994.
- FIBGE. *Censo Demográfico – Estado de Mato Grosso do Sul*. IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980. Série Regional, Rio de Janeiro: IBGE, 1982.
- _____; SDDI/MS. *Evolução da população, por situação de domicílio, segundo os Censos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991; contagem da população 1996 e Censo 2000*. Campo Grande: IBGE-SDDI/MS, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 10. Ed. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- HOBBSAWM, Eric. A outra história: algumas reflexões. In: KRANTZ, Frederick. *A outra história: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa - 1880/1920. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- MORO, Nataniél Dal. *Modernização urbano-citadina e representações sobre os trabalhadores na cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70)*. 2007. 365 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2007.
- _____. *O pensar da elite sobre o povo comum: espaço público, viver urbano e reterritorialização do centro da cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70)*. 2012. 310 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2012.
- _____. Representações da elite sobre o “povo comum” na cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70). *Fronteiras: Revista do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em História da UFGD, Dourados*, v. 11, n. 20, p. 123-149, jul./dez. 2009.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Notas

¹ Sobre a história política renovada, ver RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. A respeito das elites dirigentes, consultar FAORO, Raymundo. *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo: Ática, 1994, para um entendimento mais amplo deste conceito. Para uma definição conceitual do termo povo comum, ver o escrito de HOBBSAWM, Eric. A outra história: algumas reflexões. In: KRANTZ, Frederick. *A outra história: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

² CHEVALIER, Louis. *Classes laborieuses et classes dangereuses à Paris pendant la première moitié du XIX siècle*. Paris: Plon, 1958. Nessa obra, já clássica na historiografia sobre pessoas comuns e elite, há exemplificações pontuais a respeito do medo que as elites tinham das perigosas massas.

³ MORO, Nataniél Dal. *Modernização urbano-citadina e representações sobre os trabalhadores na cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70)*. 2007. 365 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo.

⁴ CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, EDUC*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007, p. 267.

⁵ WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 10.

⁶ CRUZ; PEIXOTO, op. cit., 2007, p. 268.

⁷ É singular a afirmação de que os bens culturais são, ao mesmo tempo, tanto um indicativo de civilização como de barbárie, uma vez que, “em termos de bens culturais, tudo, sem exceção, tem uma origem que [...] não pode” ser rememorada “sem horror. [...] Não há documento de cultura que não seja ao mesmo tempo um documento da barbárie. E assim como os próprios bens culturais não estão livres de barbárie, também não o está o processo de transmissão com que eles passam de uns a outros.” BENJAMIN, Walter. Teses sobre filosofia da história. In: KOTHE, Flávio (Org.). *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1985, p. 157.

⁸ GRAZIANO DA SILVA, José. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 40.

⁹ AJARA, Cesar. População. In: FIBGE. *Geografia do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1988, v. 1, p. 127.

¹⁰ AJARA, op. cit., 1988, p. 128.

¹¹ FIBGE. *Censo Demográfico – Estado de Mato Grosso do Sul*. IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980. Série Regional, Rio de Janeiro: IBGE, 1982.

¹² FIBGE; SDDI/MS. *Evolução da população, por situação de domicílio, segundo os Censos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991; contagem da população 1996 e Censo 2000*. Campo Grande: IBGE-SDDI/MS, 2003.

¹³ Daqui em diante o termo Correio do Estado será substituído pela sigla CE.

¹⁴ Delegado Regional quer silenciar CORREIO DO ESTADO. *CE*, Campo Grande, p. 1, 29 jul. 1966.

¹⁵ Comercialização do leite. *CE*, Campo Grande, p. 12 out. 1972.

¹⁶ BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul, a construção de um estado, volume II: poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses*. Campo Grande: UFMS, 2009, p. 99-101 e p. 113.

¹⁷ Vamos limpar a cidade. *CE*, Campo Grande, p. 1, 17 jan. 1963.

¹⁸ A grafia das expressões “VAMOS LIMPAR A CIDADE” e “BEM-VINDO, SUJISMUNDO!”, precisamente com estas apresentações visuais, com letras maiúsculas e sublinhado, indicam não apenas uma mensagem a ser transmitida para o leitor, mas sinalizam uma possível intensidade da mensagem que não se limita ao ato de ler, mas abarca inclusive o ato de olhar, já que as expressões se destacam do restante do texto, sugerindo uma relevância destas em relação ao conjunto. É oportuno lembrar que em 1972 o governo federal lançou uma campanha de âmbito nacional chamada “Povo desenvolvido é povo limpo”. O personagem principal chamava-se Sujismundo. Portanto, a referência ao fato, neste caso, deve ser creditada, em parte, a esta campanha publicitária.

¹⁹ Esses assuntos foram dispostos em várias matérias, assim como eram recorrentes em inúmeros outros textos, mas se fazem mais enfáticos nas seguintes chamadas: Lixo e lixeira. *CE*, Campo Grande, p. 5, 22 jul. 1963; Lixo e recipiente. *CE*, Campo Grande, p. 2, 12 mar. 1964 e Campo Grande, cidade suja. *CE*, Campo Grande, p. 2, 01 mar. 1968.

²⁰ Bem-vindo, sujismundo! *CE*, Campo Grande, p. 2, 24 jan. 1974.

²¹ RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 34.

²² MORO, Nataniél Dal. Representações da elite sobre o “povo comum” na cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70). *Fronteiras: Revista do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em História da UFGD, Dourados*, v. 11, n. 20, p. 123-149, jul./dez. 2009.

²³ Matagal toma conta da Avenida Mato Grosso. *CE, Campo Grande*, p. 2, 18 jan. 1963.

²⁴ RAMA, op. cit., 1985, p. 37.

²⁵ RAMA, op. cit., 1985, p. 40. Sobre as “cidades irreais”, ver algumas considerações na p. 36 da obra Rama.

²⁶ No aspecto da cultura de resistência e da criminalidade, são particularmente importantes os estudos realizados por FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 10. Ed. Rio de Janeiro, Graal, 1979 e PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

²⁷ Não especificamente a cidade de São Paulo em si, mas o Estado de São Paulo como um todo, e em particular o Oeste desta Unidade Federativa, era o grande modelo para o qual a cidade de Campo Grande devia olhar e seguir. Há várias menções elogiosas sobre a forma de viver da sociedade de Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Marília, Bauru, entre outras urbes desta região. Além dos jornais, tal referência ao “progresso paulista” também é encontrada em obras de autores memorialistas, como é o caso de BARBOSA, Emílio Garcia. *Esbôço histórico e divagações sobre Campo Grande*. Campo Grande: Pindorama, 1964, p. 29.

²⁸ Falando de calçadas. *CE, Campo Grande*, p. 4, 24 maio. 1963.

²⁹ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Uma história dos costumes. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, v. 1, p. 19.

³⁰ Não se trata aqui de negligenciar a existência de inúmeros estudos que problematizaram a relação História & Saúde, contudo, a documentação analisada neste trabalho, em específico a que se refere aos incômodos ou possíveis doenças transmitidas por mosquitos aos moradores urbanos, só se fez um problema quando estes mesmos insetos atuaram no espaço urbano e mais detidamente no centro da cidade. Esse dado, por sua vez, sinaliza que o “problema” era mais de cunho político e estético do que propriamente sanitário. Essa reflexão ajuda-nos a pensar o quão importante é compreender o “modo civilizado de comportamento”, mencionado por Norbert Elias, para que se possam entender melhor determinados aspectos da “luta de classes” numa sociedade que se diz “civilizada”. Portanto, neste caso, as análises propostas por Marx e Engels e por Elias sobre a sociedade ocidental não se distanciam. Ao contrário, umas ajudam a explicar as outras. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

³¹ Grande serviço à coletividade. *CE, Campo Grande*, p. 2, 25 abr. 1969.

³² BITTAR, Mariluce. Da promoção à assistência social: Campo Grande na luta pela cidadania. In: CUNHA, Francisco Antônio Maia da (Coord.). *Campo Grande: 100 anos de construção*. Campo Grande: Matriz, 1999, p. 237-254.

³³ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

³⁴ Neste caso, convém mencionar que a cidade de Campo Grande possuía significativos “vazios territoriais” devido à existência de uma política de ocupação do solo que priorizou a não fragmentação destas áreas. Esse fato impossibilitou a fixação de pessoas em terrenos próximos ao centro da urbe, numa clara demonstração de que havia famílias e grupos da elite local que mantinham o poder sobre certos espaços. O caso de extensos lotes urbanos é um deles, como bem demonstrou EBNER, Iris de Almeida Rezende. *A cidade e seus vazios: investigação e proposta para os vazios de Campo Grande*. Campo Grande: UFMS, 1999.

³⁵ O etc., nesse caso, equivale às casas comerciais, bares, hotéis, lojas de varejo, pequenas mercearias, postos de combustível, açougues, dentre outros estabelecimentos que ficavam na própria Rua 26 de Agosto e nas imediações desta.

³⁶ Rua 26 de Agosto tomada pelo matagal. *CE, Campo Grande*, p. 2, 28 fev. 1970. Jângal refere-se às regiões mais densas, mais ou menos impenetráveis dentro de uma floresta úmida com abundância de vida animal e vegetal. A palavra jângal se origina do sânscrito jangala, a qual se referia a terra incultivada, matagal selvagem e denso. No caso da matéria publicada pelo CE, jângal referia-se a um território que era sinônimo de lugar inconveniente e também um espaço literalmente tomado pelo mato.

³⁷ Matagal toma conta da cidade. *CE, Campo Grande*, p. 6, 23 jan. 1971.

³⁸ Ibidem.

³⁹ Ibidem.

⁴⁰ O CE e a Rádio Cultura, que era um veículo de comunicação sonora, trabalharam durante vários anos em parceria. Havia um veículo Kombi que percorria a cidade em busca de assuntos que podiam ser transformados em notícia. Parte das informações era veiculada por meio da rádio e outra parte, ou uma informação mais detalhada e com imagens dos “fatos”, encontrava nas páginas impressas do periódico a sua divulgação para o restante da cidade e municipalidades vizinhas.

⁴¹ Matagal nas ruas oculta tarados. *CE*, Campo Grande, p. 1, 25 fev. 1972.

⁴² Matagal cerca o Grupo Escolar “Bernardo Franco Baís”. *CE*, Campo Grande, p. 1, 25 fev. 1972. Afirmções como: “Será preciso dizer mais alguma coisa...” e “O pessoal do MDB é que está satisfeito.”, ambas integrantes da mesma matéria, levam o pesquisador e o leitor a indagar: quais seriam as relações do CE, e as abrangências destas com os partidos políticos e os políticos que atuavam em Campo Grande? Estas construções linguísticas insinuam ao leitor que existe algo além do que o texto enuncia, mas não dizem minimamente o que constitui esse algo. Para responder essa problemática com mais propriedade se faz necessário, seguramente, realizar outra pesquisa. Por ora, inquirir outras documentações, mesmo que sejam do mesmo rol daquela que originou a indagação, se mostrou um caminho possível. Fiz isso analisando matérias do próprio jornal e pude concluir que o CE mantinha relações político-partidárias muito fortes com os grupos que ele apoiava, mas não era ortodoxo nestas alianças. Houve momentos em que o periódico se colocou abertamente favorável aos feitos da ARENA. Noutras situações, posicionou-se ao lado do MDB. Em 1966, o CE noticiou que havia policiais militares da Delegacia Regional de Polícia que empregavam “o regime de violência, de chibata, de chicote” contra “os pobres acusados deste ou daquele crime.” Por causa dessa matéria, o periódico recebeu um ofício do delegado regional Clodoaldo H. Sobrinho afirmando que o impresso tinha que, antes de publicar qualquer noticiário policial, “ter o seu visto.” A resposta do CE frente à ação do delegado, descrita como uma forma de “amordaçar a imprensa”, foi bem direta: “Apesar dessa determinação, continuaremos a nossa missão, inclusive dando noticiário policial sem o tal visto, e fazendo revelações estarrecedoras.” O delegado foi descrito como um sujeito que tinha apelado “para a “ignorância” e passado a usar “o caminho da intimidação”, haja vista o seu comportamento. O diretor do CE teve inclusive que comparecer na Delegacia às 9h da manhã do dia 29 de julho de 1966 para prestar esclarecimento à autoridade, contudo, noticiou o CE na edição vespertina do mesmo dia 29, que o “Sr. Regional [...] nos deu o “cano”, não apareceu. Talvez dormisse o sono dos “inocentes”, enquanto que nós abandonamos o nosso serviço para ficarmos à disposição da polícia, a fim de dar as declarações que por ventura ela quisesse. A falta de responsabilidade, por parte da autoridade policial, não comparecendo ao local e à hora que designou, atesta bem aquilo que vimos afirmando diariamente, quase, com referência à polícia que ai está. Os nossos leitores que são milhares, de hoje em diante devem ficar cientes de que CORREIO DO ESTADO não faltou, não se acovardou, não fugiu, pois não tememos de forma nenhuma qualquer ameaça ou tentativa de amordaçamento. Continuaremos. Todavia, de público, aqui fica o nosso repúdio contra esse regime de pressão militar que estamos sofrendo, só por que dizemos verdades que ferem fundo às autoridades policiais. Se é guerra que querem, nós estamos aqui e não costumamos faltar nas horas marcadas. São 10h da manhã, no momento que redigimos esta matéria e o Sr. Regional ainda não compareceu ao local do encontro...” Delegado Regional quer silenciar CORREIO DO ESTADO. *CE*, Campo Grande, p. 1, 29 jul. 1966. Essa conduta por parte do delegado Clodoaldo não foi esquecida pelo CE. Diante dessa retaliação, o periódico atuou e o delegado, que ousou puni-lo com base nos decretos-lei em vigor naquela época, foi retirado do posto e o fato foi noticiado. “No decorrer de quase todo o ano tivemos, muitas vezes palavras de censura para a péssima atuação da polícia campo-grandense. Tivemos mesmo que tomar posição contra iniciativas que julgávamos prejudiciais ao bom andamento dos serviços policiais da cidade. Felizmente atingimos o nosso fim que era o mais elevado possível, e hoje somos levados a dar parabéns a Polícia pela sua atuação que temos acompanhado de perto pelos nossos repórteres. Quando sugerimos o nome do Major Ambrósio Romeiro Pare para a Delegacia Especial de Polícia, sugestão que foi aproveitada, tínhamos certeza de que a máquina policial tomaria outros rumos. Hoje vendo a Polícia, prendendo essa corja de malandros, ladrões, etc., que infestava a cidade, sentimos-nos à vontade para dar os nossos parabéns à Polícia pela sua atuação, fazendo votos para que assim continue. O povo campo-grandense pode, agora, confiar nas suas autoridades policiais. Esperamos que essa confiança perdure por muito tempo.” A polícia de parabéns. *CE*, Campo Grande, p. 1, 20 dez. 1966.

⁴³ O historiador deve, sempre, indagar, cotejar, analisar a contrapelo a documentação periódica, pois ela não é apenas uma fonte de informação sobre o passado. Justamente por isso, tais fontes dizem mais sobre quem as escreveu do que propriamente sobre quem foi representado nelas. Nesse sentido, pode-se afirmar que não há neutralidade alguma nestas fontes: “A neutralidade de palavras, imagens, associações e a cronologia construída não são aleatórias, e os modos de narrar e informar produzem relatos posicionados sobre os acontecimentos que criam novas realidades sociais. Nesse sentido, permitem-nos pensar sobre o

papel dos jornais diários como forças ativas e em disputa na elaboração de construções históricas e na formação da opinião pública naquele presente, no momento em que os acontecimentos se desenrolavam.” MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa - 1880/1920. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004, p. 38.

⁴⁴ Observando os endereços dos anunciantes que propagandeavam os seus estabelecimentos por meio das páginas do impresso CE e cotejando estes dados com as vias públicas mencionadas nas matérias de “cunho geral” do periódico, vê-se que há uma correspondência direta entre estes dois campos. O jornal atuou em benefício dos comerciantes, procurando resolver os problemas que estes sujeitos tinham, tal como se observa no caso das áreas abandonadas que ficavam nas proximidades dos estabelecimentos ou em relação à presença de pessoas comuns no entorno das áreas e vias de comércio do centro da cidade.

⁴⁵ Exigências legais para a limpeza de terrenos baldios. CE, Campo Grande, p. 2, 06/07 abr. 1974.

⁴⁶ Conforme consta no artigo 27 do Código de Polícia Administrativa, os proprietários ou inquilinos eram “obrigados a conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, prédios e terrenos.” Não era “permitida a existência de terrenos cobertos de mato ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas e povoados.” Caso os fiscais da Prefeitura constatassem “a existência de terrenos cobertos de matos,” era feita “a intimação dos proprietários dos respectivos terrenos, marcando-se o prazo de 20 dias para a sua limpeza.” Quando, no prazo fixado não fosse “executada a limpeza”, então a Prefeitura incumbia-se “de executá-la cobrando do proprietário as despesas que efetuar, acrescido de 20% pelo trabalho de administração, além da multa.” CAMPO GRANDE (Município). Poder executivo. Prefeitura Municipal de Campo Grande. *Lei n. 1.096, de 04 de dezembro de 1967*. Institui o Código de Polícia Administrativa do Município.

⁴⁷ Cuide bem da aparência do seu lote. CE, Campo Grande, p. 3, 23 jun. 1977.

⁴⁸ Tendo como base o cotejamento da documentação, pode-se afirmar que as críticas ao ambiente urbano-cidadino, incluindo-se a ação de autoridades públicas, privadas e da população em geral, sempre ocorreram, mesmo quando o periódico CE era um dos veículos oficiais, publicando leis, decretos e atos dos mesmos poderes públicos que ele criticava. Nesse sentido, a cidade de Campo Grande era o foco principal das ações deste impresso, sendo muito mais valorizada do que outras questões.

⁴⁹ Matagal começa a tomar conta em Campo Grande. CE, Campo Grande, p. 7, 25 jan. 1978.

⁵⁰ Lixo e recipiente. CE, Campo Grande, p. 2, 12 mar. 1964.

⁵¹ Limpeza nos matagais, um exemplo a ser seguido. CE, Campo Grande, p. 2, 25 maio. 1977.

⁵² *Ibidem*.

⁵³ É interessante destacar que no rol das matérias publicadas pelo CE e analisadas neste trabalho não há qualquer menção a palavra elite.

⁵⁴ Lixo e recipiente. CE, Campo Grande, p. 2, 12 mar. 1964.

⁵⁵ Recipientes de lixo. CE, Campo Grande, p. 2, 03/04 nov. 1973.

⁵⁶ Analisando determinadas leis municipais promulgadas pela Câmara Municipal de Vereadores e pelo próprio executivo comprova-se que a cidade era dotada de inúmeras legislações, muitas delas influenciadas por ações estaduais e federais, no entanto, a aplicabilidade não ocorria. Por várias vezes a execução das leis só foi empreendida pelo fato do CE ter pressionado os poderes públicos a atuarem nesta direção.

⁵⁷ Rua 26 de Agosto tomada pelo matagal. CE, Campo Grande, p. 2, 28 fev. 1970. A presença de pessoas de outras plagas na cidade foi intensificada particularmente devido à pavimentação parcial ou integral de algumas rodovias no final da década de 1960 e no início dos anos 70, sobretudo a BR-163, que ligou o então sul de Mato Grosso ao Estado de São Paulo.